

## **Carta Aberta das organizações com intervenção na Avenida de Ceuta, em Lisboa**

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Carlos Moedas,  
Exmo. Senhor Ministro da Administração Interna, Dr. José Luís Carneiro,  
Exmo. Senhor Presidente do Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, Dr. João Goulão,  
Exma. Senhora Presidente do Instituto da Segurança Social, Dra. Ana Vasques,  
Exmo. Senhor Presidente da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, Dr. Luís Goes Pinheiro,

Como resultado do período pandémico e da crise económico-financeira habitacional vivenciada nos 3 últimos anos e a falta de investimento público e inovativo na área das dependências, temos assistido, tal como tipicamente acontece nestas conjunturas, ao aumento do número de pessoas a realizarem consumo de substâncias psicoativas a céu aberto e em fracas condições de salubridade e assepsia.

No espaço público, acumulam-se seringas e outros materiais descartáveis associados ao consumo de substâncias psicoativas, colocando em risco a saúde pública, seja dos próprios utilizadores de substâncias psicoativas, como de todas as pessoas que desenvolvem o seu quotidiano nestes espaços (moradores, estudantes, trabalhadores, transeuntes).

Ao demais, assiste-se, sobretudo, ao aumento de pessoas em grande sofrimento humano e vulnerabilidade.

Paralelamente, verifica-se um aumento do número de pessoas em situação de sem abrigo, a pernoitarem em toda a freguesia de Alcântara e Campo de Ourique.

A conjunção supra explanada tem potenciado reação social adversa, sendo vários os relatos de residentes sobre o nível de medo e perceção de insegurança sentida na rua e dentro dos prédios e elevadores.

Face ao exposto, as organizações com intervenção no território da Av. de Ceuta (Bairro Quinta do Loureiro, Bairro Quinta do Cabrinha e zona envolvente) sentem que está colocada em causa a sua capacidade de atuação no território, pelo que alertam as entidades competentes, Câmara Municipal de Lisboa (CML), Ministério da Administração Interna (MAI), Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD), Instituto da Segurança Social (ISS) e Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) para a necessidade urgente de implementar medidas de combate a estas problemáticas, recomendando as seguintes propostas:

1. Reforço de meios e verbas, com carácter de urgência, das várias respostas que atuam na problemática do uso de substâncias psicoativas, nomeadamente das Equipas de Rua, das Equipas de Tratamento e dos Programas de Consumo Vigiado, para que estas possam aumentar a quantidade e qualidade da resposta dada à problemática;
2. Diversificação e expansão dos Programas de Consumo Vigiado na cidade de Lisboa, nomeadamente através do aumento do número de Programas de Consumo Vigiado Fixos

noutras zonas da cidade e da diversificação dos modelos e características dos Programas de Consumo Vigiado implementados, de acordo com o perfil de utilizadores de substâncias psicoativas contactados nos espaços de consumo (consumidores de cocaína em base e heroína pela via fumada). Ex. Espaço DROP-IN com sala de consumo ampla para consumo pela via fumada e sem restrições de horário;

3. Extensão do Projeto Piloto do Programa de Troca de Seringas relativo à implementação de contentores de descarte de objetos corto-perfurantes a outras localizações pertinentes na zona do vale de alcântara;
4. Promoção do acesso a respostas habitacionais individuais, com reforço do financiamento de projetos de forma adequada à realidade imobiliária nacional e suporte financeiro a cauções;
5. Implementação de uma resposta de alojamento de emergência/temporária de reduzidas dimensões na zona ocidental da cidade e cujos critérios de admissão e características sejam adaptados ao perfil de utilizadores de substâncias psicoativas contactados nos espaços de consumo (pessoas em situação de sem abrigo, nomeadamente migrantes em situação irregular e, por isso, sem acesso à Unidade de Atendimento para a Pessoa Sem-Abrigo (UAPSA/CML));
6. Desburocratização dos processos de acesso a Equipas de Tratamento, Unidades de Desabituação e Comunidades Terapêuticas, nomeadamente, através da implementação de um dia semanal de acolhimento livre de marcação nas Equipas de Tratamento;
7. Desburocratização e universalização por parte do ISS, do AIMA e do NPISA, no acesso à Unidade de Emergência a pessoas em situação de sem abrigo, independente da sua morada fiscal e estado documental;
8. Desburocratização e criação de vias verdes de acesso a serviços de cidadania e documentação, nomeadamente através de concelhos de ação, que envolvam a SCML, o AIMA e as Embaixadas;
9. Criação de equipas comunitárias locais de saúde mental com estreita articulação com as Equipas de Rua existentes, que promovam a prestação de cuidados de saúde aos públicos vulneráveis com comorbilidade de saúde mental (pessoas em situação de sem abrigo, migrantes em situação irregular e pessoas com consumos de substâncias psicoativas) por forma a garantir a continuidade dos cuidados prestados e/ou a respetiva referenciação para as respostas/projetos de reabilitação psicossociais existentes;
10. Reforço da segurança no território ao nível da prevenção e dissuasão dos fenómenos criminais associados ao tráfico de droga, mas também relativamente à criminalidade aquisitiva;
11. Reforço ao nível da higiene urbana por parte da Câmara Municipal de Lisboa garantindo o funcionamento das equipas especializadas na recolha de material corto-perfurante, a par do reforço das equipas de HU das juntas de freguesia do território, por forma a assegurar a salubridade do espaço público face ao aumento da pressão neste território, com os meios humanos e materiais ajustados à dimensão do problema;

12. Repensar o Espaço Público, implementando soluções que permitam eliminar barreiras urbanísticas, quebrando o isolamento destes bairros e aumentando a segurança neste território;
13. Valorizar o Espaço Público através da construção de equipamentos desportivos e de lazer, que contribua para a promoção de estilos de vida saudáveis por parte de quem habita, estuda ou trabalha neste território;
14. Identificação e revisão, por parte da CML, dos espaços atribuídos nos bairros municipais, que garanta lojas abertas, novos serviços e não apartados e portas fechadas;
15. Manutenção dos edifícios, por parte da CML, de forma a prevenir a utilização abusiva dos mesmos e a promover o aumento da segurança da comunidade;
16. Implementação de um programa estruturado de prevenção de comportamentos de risco associados ao consumo de substâncias psicoativas, com um carácter regular e de continuidade, dirigido a crianças e jovens do território.

Em suma, a presente situação constitui um problema ao nível da cidade e do país, com implicações sociais, económicas e de saúde. Para além da resolução imediata de algumas dimensões do problema, impõe-se a definição de uma estratégia integrada de longo prazo, que envolva todas as entidades e organismos do sector público com intervenção nas diversas áreas de atuação, que vise a melhoria da qualidade de vida de quem reside, visita, estuda ou trabalha no território abrangido pela Av. de Ceuta e Vale de Alcântara.

Lisboa, 25 de janeiro de 2024

Subscritores

Ares do Pinhal, Elsa Belo, Diretora Técnica

ARIA - Associação de Reabilitação e Integração da Ajuda, Teresa Maria de Matos Ribeiro, Vice-Presidente da Direção

Associação Alzheimer Portugal, Filipa Alexandra Gomes, Diretora Técnica do Departamento de Lisboa e Núcleo do Ribatejo

Associação de Boxe Paulo Seco, Paulo Seco, Presidente

Associação Juntos Pela Mudança, Igor Ramos, Vice-Presidente da Direção

Associação Vida Autónoma, Rochele Kothe, Presidente da Direção

Centro Social José Luis Coelho, Paula Coelho, Presidente

Crescer - Associação de Intervenção Comunitária, Hélder Trigo, Presidente da Direção

Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa - Lisboa, Marta Gibert Aires de Sousa, Presidente do Conselho de Direção

Junta de Freguesia de Alcântara, Davide Amado, Presidente

Junta de Freguesia de Campo de Ourique, Pedro Costa, Presidente

Liga Portuguesa Contra as Doenças Reumáticas, Elsa Mateus, Presidente

Médicos do Mundo, Carla Paiva, Diretora Executiva

Projecto Alcantara, Filipe Santos, Presidente da Direção

VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional, Marta Ferreira,  
Coordenadora da ETR